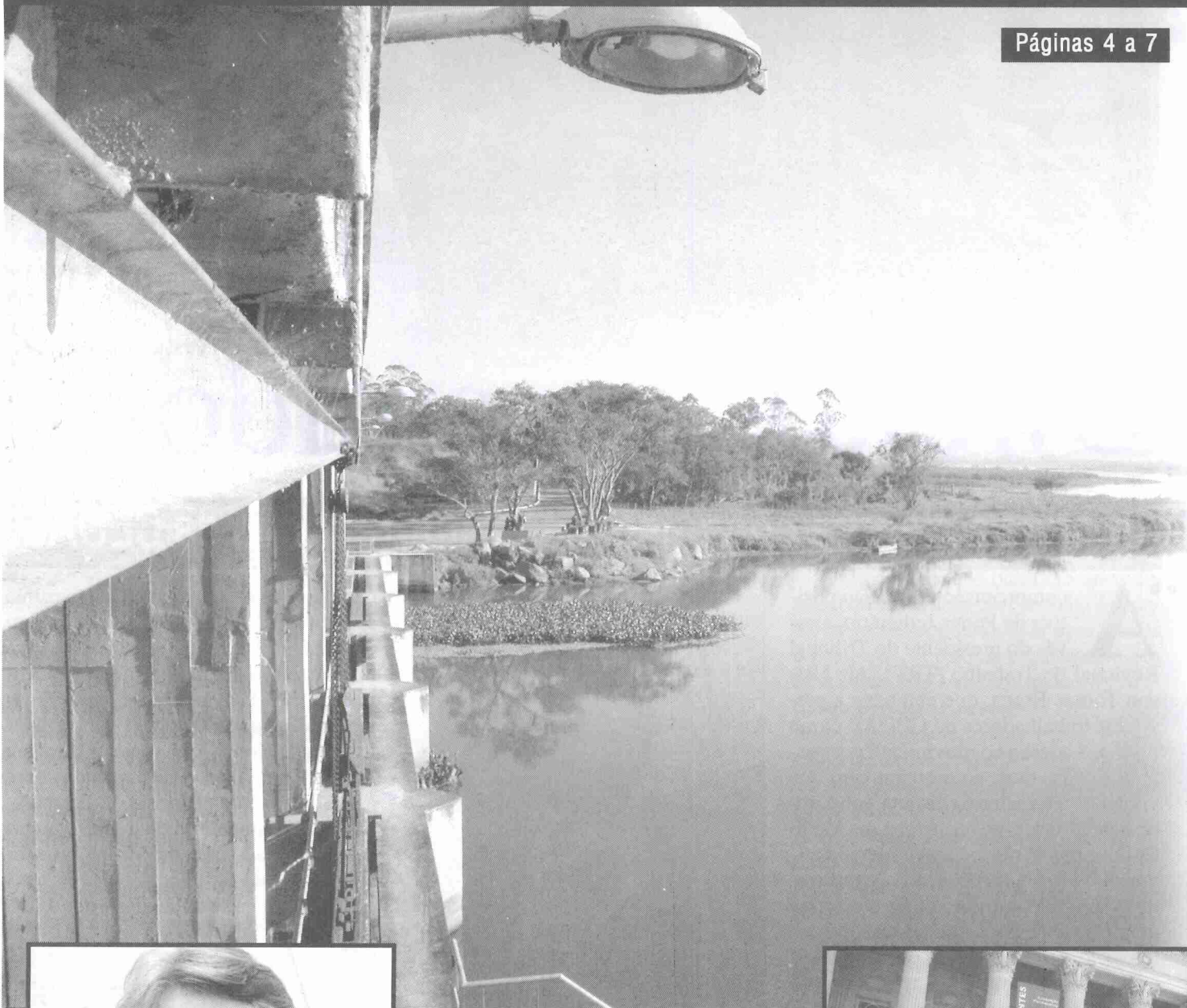


Estiagem chega ao Guandu

Processo de degradação do Paraíba do Sul ameaça o abastecimento

Páginas 4 a 7

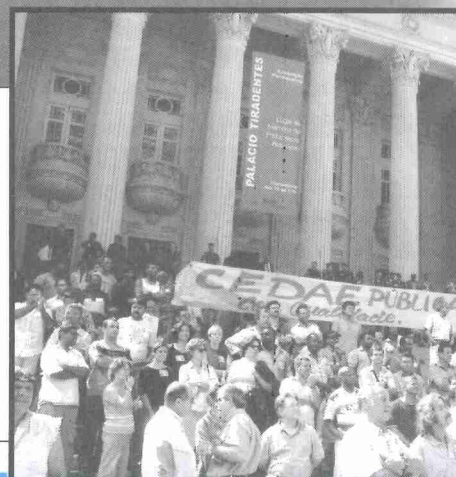


A costumados a enfrentar dificuldades para tratar a água em ocasiões de fortes chuvas, os técnicos que operam a Estação de Tratamento do Guandu vivem hoje um novo impasse para garantir a qualidade da água à população: a estiagem prolongada, que já reduziu o nível do Rio Guandu em 45 cm abaixo do nível operacional normal. O problema não representaria nenhuma preocupação maior, não fosse a influência dos rios Ipiranga, Queimados e Poços, considerados os mais poluídos da região, que desaguam próximos à captação de água bruta do Sistema Guandu, formando uma lagoa repleta de material poluente, que drena para o leito do Guandu. Enquanto aguardam uma solução definitiva para o problema, que deverá ser resolvido com a transposição das águas desses três rios para jusante da captação de água bruta e da barragem de controle da vazão do rio, os técnicos da CEDAE adotaram um elenco de medidas de emergência para contornar os efeitos da estiagem, que já afeta cerca de 180 cidades de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, servidas pelo Paraíba do Sul.



CAC quer ajuda dos associados para salvar o Plano de Saúde

Encarte

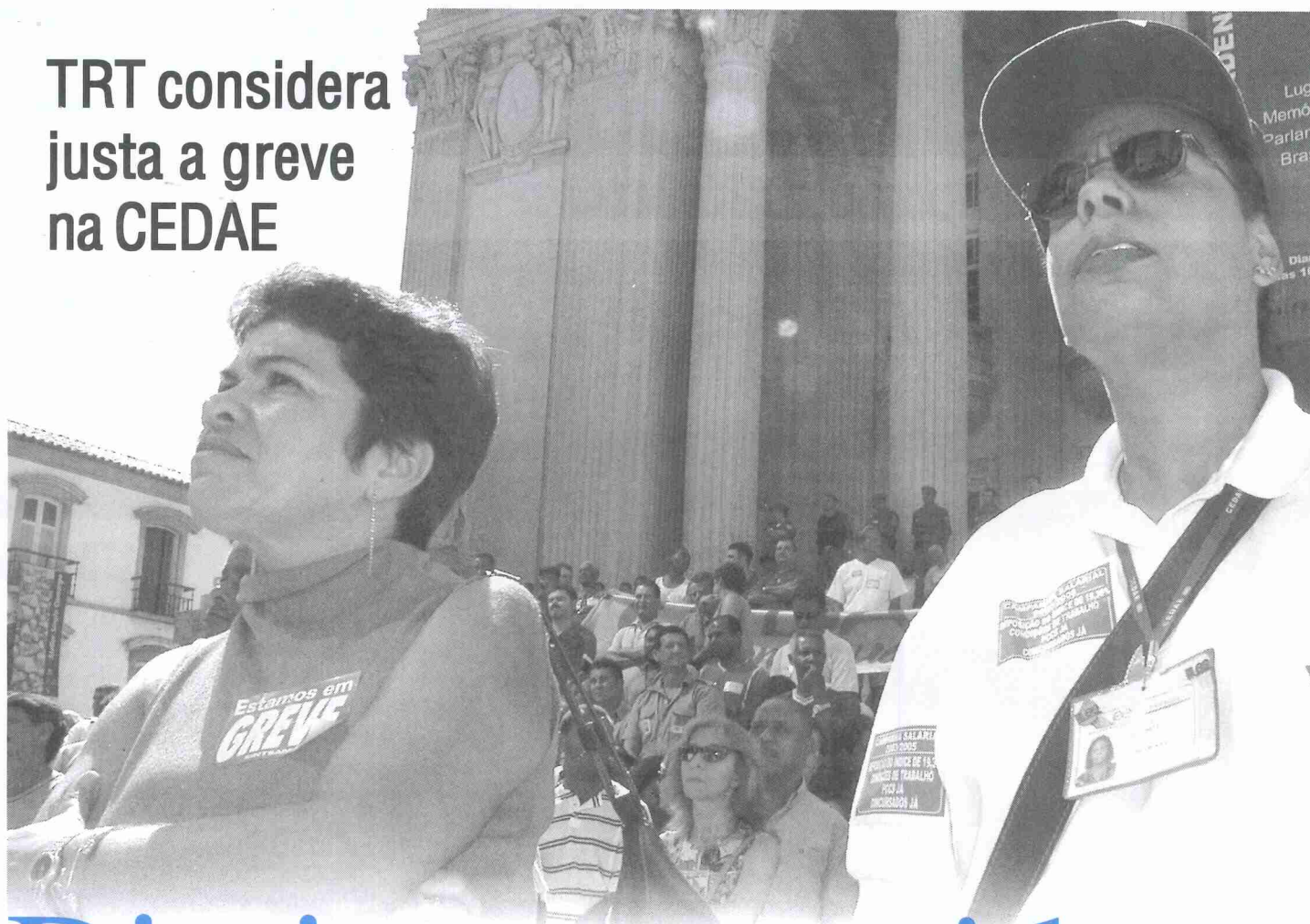


Trabalhadores da CEDAE se mobilizam e garantem conquistas

Páginas 2 e 3

Dissídio coletivo

TRT considera justa a greve na CEDAE



Direitos garantidos...

Justiça assegura conquistas dos empregados da CEDAE

“A compreensão e a reação positiva do Poder Judiciário, através do presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), juiz Nelson Tomaz Braga, que entendeu a greve dos trabalhadores da CEDAE como justa, e a adesão ao movimento por parte dos cedaeanos, no momento em que vivíamos uma acirrada disputa, sob a imposição do vice-governador Luís Paulo Conde. Esses são os resultados positivos de três greves consecutivas, que terminaram no último dia 5 de agosto, quando a Empresa, após ajuizar dissídio coletivo, admitiu manter, na primeira audiência realizada no TRT, todas as conquistas dos trabalhadores da CEDAE, adquiridas nos últimos anos”.

A opinião é do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA - Francisco Ferreira Pinto, o Chiquinho.

Segundo Chiquinho, o posicionamento do presidente do TRT foi fundamental para resolver o impasse entre a empresa e seus empregados. “O Juiz Nelson Tomaz Braga entendeu que a greve era justa, quando compreendeu a disposição dos trabalhadores para solucionar



“Arrecadação da Empresa tem de ser aplicada nela mesma”

DEP. CARLOS SANTANA

o impasse de nosso Acordo Coletivo, que se arrastava há 120 dias. E no momento da audiência de conciliação, ele disponibilizou seu gabinete para que o presidente da CEDAE, Aluizio Meyer de Gouvêa, telefonasse para o vice-governador Luís Paulo Conde, que se encontrava em Brasília, para consultar o mesmo sobre a sustentação da proposta da Empresa, feita anteriormente pelo diretor Evandro Brito. Acertado isso, tudo ficou mais fácil”, explicou.

Chiquinho informou ainda que a Justiça deu prazo de 60 dias para que a CEDAE e o sindicato entrem em acordo com relação às cláusulas econômicas, que ficaram pendentes. São elas: perdas salariais de 19,36% e 10% de aumento salarial. Todas as outras cláusulas ficaram mantidas, comemorou.

DIA DE TRABALHO

Apesar da greve, o dia 5 de agosto foi um dia de trabalho para os empregados da CEDAE. Durante a manhã, dezenas de trabalhadores da empresa se reuniram diante da Assembléia Legislativa do Estado - ALERJ - enquanto uma comissão de sindicalistas e parlamentares conversava com o presidente da Casa, Jorge

Pacto em nome da

CAC

Direção se compromete a discutir um novo modelo para o plano de saúde

A direção da ASEAC está aguardando apenas uma nova manifestação da diretoria da CAC para criar uma comissão conjunta para examinar a situação do Plano de Saúde e propor medidas destinadas a solucionar os graves problemas que a empresa enfrenta, de forma a recuperar sua estrutura financeira e técnica e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento aos associados.

A decisão foi acertada durante reunião aberta aos associados, com a presença de mais de 40 pessoas, realizada no último dia 17 de julho, com a diretoria da CAC, na sede da ASEAC, para fazer um balanço da real situação do plano de saúde e esclarecer as denúncias encaminhadas pelos empregados da instituição ao Ministério Público (MP) e à Agência Nacional de Saúde (ANS) contra a atual diretoria. Do encontro, além de diretores da ASEAC, participaram o Presidente da CAC Saúde, Thélío Bogado Júnior; o diretor técnico, Ademir da Silva.; e a diretora administrativo-financeira, Márcia de Castro Martinez. Os diretores eleitos pelos associados, Jorge Soares Braga (o Jacozinho), diretor técnico de Desempenho, e Norma Sueli Andrade, diretora de Assistência ao Associado, também estiverem presentes.



Ademir da Silva, diretor técnico da CAC Saúde, disse que o Plano não se atualizou

A reunião foi aberta pelo presidente em exercício da ASEAC, Dario Mondego, que manifestou sua satisfação pelo fato de os diretores da CAC terem aceitado o convite da entidade para esclarecer as dúvidas dos associados, “que vinham se mostrando insatisfeitos em relação a algumas questões envolvendo o plano de saúde, diante das denúncias que estavam circulando em relação à atual gestão da CAC, inclusive pela Internet”. Segundo esclareceu, tais insatisfações envolviam, principalmente, a quantidade e a qualidade dos serviços prestados.

O diretor da ASEAC, César Lima, conduziu o encaminhamento à diretoria da CAC das perguntas recebidas previamente pela Associação de seus associados - a maioria respondida pelo diretor técnico da empresa, Ademir da Silva. O saldo do encontro teve como destaque a reafirmação dos diretores da CAC de que o plano de saúde é perfeitamente viável, “desde que sejam feitas algumas mudanças e tomadas de imediato algumas atitudes”, conforme deixou claro seu presidente, Thélío Bogado Júnior. Para isso, concordou em formar um grupo para examinar os problemas e se propôs, inclusive, a participar de um novo encontro com diretores e associados da ASEAC destinado exclusivamente a discutir soluções.

A direção da ASEAC considerou que o resultado do encontro representou um avanço no sentido de recuperar a CAC Saúde, embora as respostas tenham sido ainda insatisfatórias, devido à falta de tempo para contestações e de documentos. De qualquer forma, a ASEAC se prontificou a colaborar no que for necessário para ajudar a recuperar e aperfeiçoar a estrutura do plano de saúde, de forma a adequá-lo às novas realidades do mercado e de seus associados.

Até o fechamento desta edição, no último dia 08 de agosto, a diretoria da CAC Saúde ainda não havia entrado em contato com a ASEAC, conforme fora acertado, para marcar um novo encontro destinado a debater o assunto.

QUEDA NA QUALIDADE

Sobre as reclamações envolvendo modificações nos valores e queda na qualidade do atendimento, o diretor técnico da CAC Saúde esclareceu, durante o encontro, que isso é reflexo de um processo histórico. Segundo ele, quando a CAC foi criada a CEDAE tinha 15 mil funcionários, com salários acima da média e 15 anos a menos na idade em relação a hoje. Além disso, na época, a demanda por serviços era muito menor e o tipo de exames à disposição da medicina também era bastante inferior. “Dessa forma, a receita da CAC dava e sobrava para atender aos associados”, disse Ademir da Silva. Ele afirmou ainda que o plano chegou a ter reservas técnicas três vezes superiores à sua arrecadação.

A situação hoje é outra: 15 anos depois, o plano se defronta com uma demanda crescente por serviços e uma receita decrescente, devido ao achatamento dos salários na CEDAE, em relação ao mercado. E nesse período, segundo ele, os funcionários da CAC acumularam benefícios além do que o estatuto permite, como auxílio insalubridade, tickets alimentação muito altos etc. Além do fato de a evolução do quadro não ter sido acompanhada por estudos atuariais no plano de saúde.

“Na verdade, a arrecadação caiu, a demanda por serviços aumentou e nós ficamos mais velhos. Por isso, a receita hoje só cobre as ne-

cessidades assistenciais”, complementou Thélío Bogado Júnior. Mesmo assim, para o presidente da CAC, isso é possível de ser revertido. “Estamos estudando medidas e não existe a menor dúvida de que a CAC é viável de se administrar. Mas precisamos definir se queremos um plano melhor e, para isso, alguma contribuição terá de ser dada, ou pela mantenedora ou pelos associados. Hoje o desequilíbrio é muito grande entre os valores pagos, que, na maioria, são irrisórios, especialmente no Planaf. E ninguém pode ter um plano de saúde tão barato como nós temos”, afirmou.

“Não existe a menor dúvida de que a CAC é viável”

THÉLIO BOGADO JÚNIOR
PRESIDENTE



Da defesa ao ataque

Direção da CAC nega denúncias feitas pelos empregados, que estão sendo investigadas pelo Ministério Público e pela Agência Nacional de Saúde

Apesar de o Ministério Público e a Agência Nacional de Saúde (ANS) terem acatado as denúncias de irregularidades feitas pelos empregados da CAC Saúde contra a atual administração do plano de saúde, os diretores da Empresa classificaram as mesmas de “reação à retirada de vantagens e benefícios adicionais por um grupo de pessoas insatisfeitas com a gestão em curso”. E se defenderam acusando os próprios empregados de estarem preocupados apenas com seus próprios interesses.

Estes, por sua vez, acusam a direção da CAC Saúde de praticar irregularidades contra o Plano de Saúde, que incluem, inclusive, favorecimento a instituições privadas prestadoras de serviços – inclusive do filho do presidente, Thelio Bogado Júnior, além de outros atos e fatos administrativos que, segundo eles, poderiam trazer conseqüências desastrosas para a instituição.

O fato é que as denúncias encontraram eco no Ministério Público (MP) e na Agência Nacional de Saúde (ANS), que já enviou fiscais à sede da empresa para apurar e verificar a veracidade das acusações, registradas sob o número 775/2003 na ANS.

CENTRAL DE NEGÓCIOS

Durante o debate na ASEAC, o presidente da CAC adotou um tom entre irônico e irritado para responder a acusação feita diretamente a ele de beneficiar a empresa de seu filho, Thelio Bogado Neto. Segundo as denúncias, a diretoria da CAC estaria terceirizando sua mão-de-obra através de uma cooperativa que atende no mesmo endereço e telefone da empresa Focus Business, de propriedade do filho do presidente da CAC. Essa cooperativa, de acordo com o documento, estaria cobrando uma taxa de administração de 30%, muito maior do que a praticada atualmente no mercado, que varia entre 10% e 13%.

O presidente da CAC, Thelio Bogado, pediu à diretora administrativo-financeira da CAC, Márcia de Castro Martinez, que respondesse a esta e a uma outra denúncia, de que ela própria seria sócia de uma outra empresa prestadora de serviços à CAC Saúde – a Power Data. Quanto à primeira, ela argumentou que o filho do presidente é dono de um “Centro de Negócios”, uma modalidade de empresa que possibilita que outras menores possam funcionar, através de escritórios virtuais.



Técnicos da CEDAE compareceram em massa à ASEAC para debater situação do plano de saúde

“Ou seja, ela fornece infra-estrutura (mesas, salas de reuniões, telefones etc.) para outras empresas. O filho do Thelio é dono de um desses centros de negócios e não dessa empresa citada”, explicou. Segundo ela, as empresas que se alocam dentro desse centro de negócios tem um único endereço fiscal. Quanto a afirmação de que ela seria dona da Power Data, Márcia esclareceu que a confusão surgiu porque o nome de seu ex-marido é o mesmo do dono da Power Data. “Ambos se chamam Ricardo. Daí a suposição de que eu seja sócia da empresa”, explicou. De acordo com as denúncias dos empregados a referida empresa foi contratada para fazer o cadastramento dos associados CAC, através de um contrato no valor estimado de R\$ 120.000,00, apesar de a mantenedora CEDAE já ter tido experiências não satisfatórias com os serviços dessa empresa.

DESCRENCIAMENTOS

Sobre os descredenciamentos, que têm gerado inúmeras reclamações de associados, o diretor técnico da CAC Saúde garantiu, apesar de argumentações contrárias de pessoas que tiveram atendimento recusado, que apenas a Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima (de nova Iguaçu) estava descredenciada, por iniciativa própria; e o hospital Dr. Balbino, por iniciativa da CAC, mas não quis explicar os motivos. Segundo ele, de janeiro para cá os descredenciamentos foram muito poucos e rigorosamente dentro da lei, sem prejuízo para os associados.

Já de acordo com as denúncias dos empregados da CAC, a inadimplência estaria levando importantes hospitais de referência a se recusarem a atender os associados da CAC, citando, além da Casa

de Saúde Nossa Senhora de Fátima, a Santa Lúcia, em Botafogo; Nossa Senhora do Carmo, em Campo Grande, Tijuca, na Tijuca; Hospital São Lucas, em Copacabana; e Hospital Espanhol, no Centro. Dois deles – Santa Lúcia e Nossa Senhora de Fátima – teriam chegado a exibir por algum tempo, na porta de entrada, um cartaz com os constrangedores dizeres “Não atendemos CAC”.

Segundo ainda o diretor técnico da CAC, o atraso em alguns pagamentos se deveu às deficiências nas rotinas de análise de contas, que é do tempo em que a CAC foi criada, com “zero” de apoio de informática e nada que pudesse melhorar o fluxo de informações. De qualquer forma, “estamos tentando implantar uma rotina de análise mais rápida, mas não estamos conseguindo porque o sistema de informática não dá respostas”, afirmou, admitindo que possa haver algum atraso, de fato.



A diretora administrativo-financeira, Márcia de Castro Martinez, expôs a situação da CAC

Sobre as demissões de gerentes, Ademir da Silva afirmou que elas foram feitas, ao contrário do que alegaram os empregados, após uma avaliação individual de cada um deles. Mas afirmou que a CAC ainda está com um efetivo acima do que precisaria em função dos número de associados (“Hoje ainda temos 150 empregados”). Os empregados argumentam que os diversos demitidos, entre os quais sete gerentes, dispensados de uma só vez, eram importantes para o desempenho da empresa, principalmente no controle, crítica e análise de faturas.

TERCEIRIZAÇÃO DA FROTA

Para justificar a terceirização da frota e dos motoristas da CAC, a diretora Márcia de Castro Martinez disse que, após estudos, chegaram à conclusão de que os custos seriam 11,69% mais baratos. Assim, reduziram a frota própria de sete para quatro carros alugados e ainda eliminaram despesas e problemas com empregados (falta, benefícios em excesso etc). Os diretores da CAC não comentaram, porém, a denúncia de que a empresa contratada para terceirizar os serviços de motorista estaria “cobrando o dobro do custo praticado no mercado”. No dossiê, os empregados citavam como exemplo o item ‘combustível’, através do qual, pelo contrato, a CAC Saúde desembolsará, mensalmente, R\$ 1000,00 para uma franquia de 4.000 km rodados, enquanto um veículo 1.0 (0KM), movido a gás natural (GNV), gasta no máximo R\$ 360,00 para fazer o mesmo percurso. Argumentavam ainda que esse prejuízo para a CAC tende a aumentar, se a quilometragem média rodada for menor, “já que o valor de R\$ 1.000,00 acertado é fixo”.

O diretor técnico, Ademir da Silva disse também desconhecer a liberação de qualquer fatura de pagamento para o Nortecor Hospital de Clínicas Ltda. O comentário foi feito por ocasião de uma pergunta a respeito da denúncia dos funcionários de que a diretoria da CAC Saúde teria assinado um acordo para a liberação de pagamentos no valor de R\$ 600.000,00 para o referido hospital, referente a glosas do período de 2001 e 2002, apesar das advertências sobre irregularidades nas faturas hospitalares e procedimentos utilizados por ele. “Isso é mentira, eles têm de provar. O hospital está descredenciado e não existe pagamento de fatura nenhuma para eles. Não sei de onde eles tiraram isso”, concluiu.

Dissídio coletivo

Picciani (PMDB), em mais uma tentativa de encontrar uma saída política para a terceira greve da empresa em menos de um mês, depois que o vice-governador e secretário de Meio-Ambiente, Luís Paulo Conde, radicalizou e entrou com o pedido de dissídio no TRT.

A primeira atitude do presidente da ALERJ foi de se comunicar com o secretário de Segurança e marido da governadora, Anthony Garotinho, que descartou a hipótese de retirar imediatamente o pedido de dissídio do TRT. Segundo Garotinho, a questão só poderia ser resolvida pelo vice-governador Luís Paulo Conde. Logo, Picciani telefonou para Brasília, onde se encontrava o vice-governador, e lhe fez a mesma solicitação para que empresa e empregadores retomassem as negociações. Por telefone, Conde se comprometeu a retirar o pedido de dissídio no dia seguinte, quando retornaria ao Estado. Sendo assim, a Comissão retornou à porta da ALERJ para informar o ocorrido, com a promessa do presidente da ALERJ de procurar o vice-governador, caso o impasse não fosse resolvido.

Foram mais de três horas de mani-



Trabalhadores da empresa se reuniram diante da Assembleia Legislativa do Estado, no último dia 5 de agosto, durante três horas, e depois seguiram em passeata até a sede do Tribunal Regional do Trabalho - TRT - para acompanhar o julgamento do dissídio

festação, sob um sol forte, onde deputados, como Edmilson Valentim, do PC do B, Carlos Santana (federal) e Chico Palmares (estadual), ambos do PT, reafirmaram que a greve dos trabalhadores da CEDAE era justa. Entre outras coisas, Edmilson se comprometeu a realizar audiências públicas na Assembleia, assim que a greve fosse suspensa para discutir a empresa, ameaçada por falta de uma política de saneamento para o Estado. Carlos Santana, por sua vez, defendeu que a arrecadação da Empresa seja aplicada nela mesma, para que os trabalhadores possam atender as expectativas da população de receber um serviço de qualidade. “Falta material de forma geral, falta equipamento. Como os trabalhadores podem apresentar resultados sem o mínimo de condições de trabalho?”

A questão dos concursados, que já deveriam ter sido chamados, também foi motivo de protesto. Sindicalistas e parlamentares criticaram o posicionamento do governo do Estado, que privilegia a terceirização ao invés de chamar os concursados.

...mobilização continua

A meta agora é recuperar a Companhia e garantir qualidade aos serviços

A greve dos trabalhadores da CEDAE foi um movimento justo. Por isso, o presidente do TRT se empenhou pessoalmente nas negociações, de forma a garantir o cumprimento da lei, e assim a manutenção na íntegra das conquistas trabalhistas dos empregados da CEDAE. O Estado, através do vice-governador e secretário de Meio-Ambiente, Luís Paulo Conde, errou quando ajuizou um dissídio, no qual contestava conquistas garantidas por contratos de trabalho, que estão em vigor, tais como o 14º salário, licença prêmio, entre outras. A opinião é da diretoria da ASEAC.

Cerca de 80% das conquistas constantes do dissídio fazem parte do contrato de trabalho dos empregados da empresa. Logo, é de estranhar, disse a ASEAC, que o Estado quisesse alterá-las unilateralmente, considerando-se que as mesmas fazem parte do atual Plano de Cargos e Salários da Companhia. E apenas com a concordância das partes (empresa e trabalhadores) podem ser alteradas. A ASEAC considerou ainda que o Estado, além de demonstrar total desconhecimento da administração dos recursos humanos da Empresa radicalizou, assumindo a corrente que leva o País à recessão. A



O presidente do TRT se empenhou pessoalmente em garantir as conquistas dos trabalhadores

diretoria da ASEAC lembrou que massa salarial do trabalhador brasileiro caiu 9,11%, nos últimos 12 meses (dados do IBGE). A queda dos salários vem prejudicando a indústria nacional e “quebrando” o comércio. Logo, é de estranhar que um governo do PSB venha corroborando nesse processo de recessão.

Outra análise da ASEAC é que a direção da CEDAE não pode alegar que os

problemas financeiros da Empresa, que porventura existam, sejam de responsabilidade de seus empregados. Isto, quando se sabe que o governo do Estado, em 1994, arrolou a CEDAE como garantia de uma dívida com o Banco do Brasil de cerca de R\$ 600 milhões (valor atual). Somente pelo rolamento dessa dívida, a Empresa é obrigada a pagar ao BB R\$ 60 milhões ao ano, decorrentes da taxa de juros extorsi-

va de 10%, exigida pelo banco. Isto quando os juros normalmente pagos pela Empresa não são superiores a 7% aa.

A ASEAC contestou também as informações divulgadas na mídia de que um trabalhador da CEDAE ganha R\$ 32 mil/mês, o que considerou uma “maldade da desinformação”. Na verdade, de seis mil empregados, cerca de 200 têm salários altos, resultado de 35 anos de dedicação exclusiva à Empresa. “Mesmo assim, não são marajás e sequer recebem o que teriam direito, pois existe um teto salarial”. Com relação a queda da qualidade dos serviços da CEDAE, a ASEAC chamou atenção para o fato de que a Empresa continua privilegiando a terceirização ao invés de chamar os novos concursados. “Há pouco tempo, éramos 11 mil empregados, hoje somos cerca de seis mil. Falta gente para trabalhar, falta material, falta equipamento. Como garantir qualidade?”

Outra indagação foi com relação à governadora Rosinha Matheus. Por quê a governadora se omitiu nas negociações? Por quê a governadora não atendeu aos trabalhadores da Empresa que foram ao Palácio Guanabara, no último dia 31 de julho, e lá permaneceram das 10:00 h às 17 hs, inutilmente?

Crise no Paraíba do Sul

O rio Queimados (à esquerda), completamente poluído, deságua no rio Ipiranga...▶



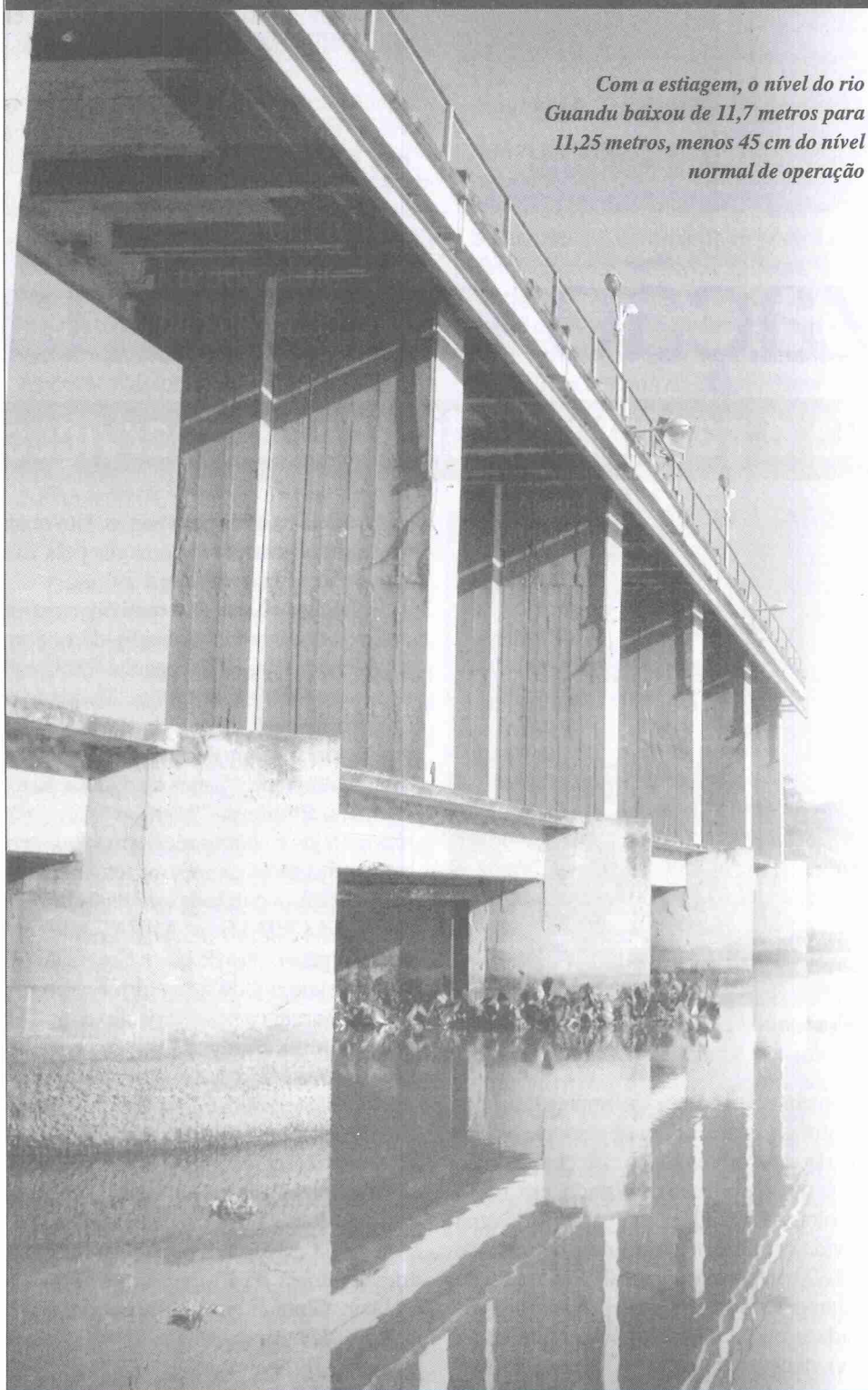
...Junto com o rio dos Poços, forma uma lagoa de dejetos (à direita do Rio Guandu)... ▶



...que acabam chegando aos tanques de água bruta da Estação do Guandu e ao processo de tratamento na ETA...▶



Com a estiagem, o nível do rio Guandu baixou de 11,7 metros para 11,25 metros, menos 45 cm do nível normal de operação



Os técnicos da CEDAE decidiram, no início de agosto, realizar obras de emergência no sistema de captação do Sistema Guandu, para elevar o nível das comportas das duas barragens (auxiliar e principal) existentes junto à captação de água bruta da ETA do Guandu, para compensar a sensível redução no nível de água do rio, em decorrência da diminuição de vazão de transposição de bacia das águas do rio Paraíba do Sul.

O objetivo foi impedir que, com a queda da vazão do rio Guandu, toda a poluição despejada pelos rios Poços, Queimados e Ipiranga próximo à captação seja carregada para a ETA, afetando a quantidade da água tratada e posteriormente fornecida à população, através do Sistema Guandu. Este sistema é responsável pelo abastecimento de mais de 8 milhões de pessoas na Região Metropolitana do Rio e Baixada Fluminense.

A iniciativa faz parte de uma série de medidas de emergência que vêm sendo tomadas pela CEDAE, para contornar os efeitos da crise que atingiu toda a Bacia do Paraíba do Sul e vem afetando o abastecimento de 180 cidades, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pela gestão da energia no país, a estiagem que se abateu nas represas e nos rios Paraíba do Sul e Guandu este ano é equivalente à pior seca já registrada na Bacia em toda a sua história, desde o ano de 1955.

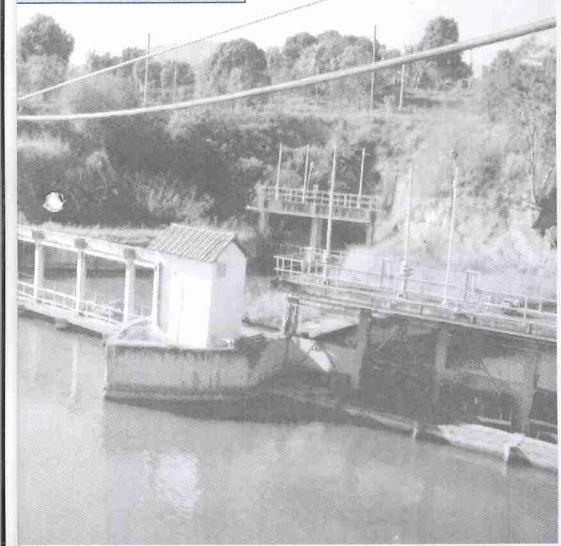
EMERGÊNCIA

O Superintendente da ETA do Guandu, Edes Fernandes, afirmou que a crise é séria e vem se anunciando há anos. Isto

porque os rios Poços, Ipiranga e Queimados, que figuram entre os mais poluídos da região, desembocam muito próximos aos túneis de captação de água bruta da ETA do Guandu, formando uma lagoa que armazena todo tipo de poluição trazida por eles: lixo, esgoto sanitário, resíduos industriais, material orgânico depositado no rio etc. E quando o nível do Guandu baixa muito, a influência dessa lagoa aumenta, fazendo com que a qualidade da água bruta caia sensivelmente, dificultando e encarecendo o processo de tratamento da água na ETA.

A lagoa formada pelos três rios armazena uma água de péssima qualidade, comprometida, principalmente, por despejos industriais da CODIN (Pólo de Desenvolvimento Industrial, em Queimados). E o pior, a água dessa lagoa também tem todas as condições para a proliferação de algas: nutrientes oriundos de esgotos domésticos, luz e superfície de espelho d'água adequada. Assim, se a queda do nível do rio decorrente da estiagem, como acontece atualmente, facilita a drenagem de um volume muito grande de água da lagoa, quem corre sérios riscos é a ETA do Guandu, que acaba captando uma água bruta de qualidade duvidosa, prejudicando o sistema de tratamento e, em con-

úneis de captação
Guandu, dificultando
A



O perigo mora ao lado

Ameaça da poluição dos rios Poços, Queimados e Ipiranga chegar à captação do Guandu cresce com a estiagem

seqüência, o abastecimento de milhões de pessoas. Isto porque, nessas situações os técnicos responsáveis pelo tratamento se vêem obrigados a reforçar a quantidade de produtos químicos para assegurar a qualidade e/ou então a reduzir a produção de água, uma vez que a qualidade final a ser fornecida à população é o mais importante.

Edes Fernandes explicou que, como a vazão dos rios Paraíba e Guandu baixou nos últimos meses, uma das soluções de emergência para evitar que a água da lagoa interfira no rio foi instalar pranchões de madeira nas comportas das barragens, principal e auxiliar, do sistema de captação de água bruta, elevando, em consequência, o nível do rio. A Outra medida de emergência adotada foi reduzir os intervalos entre as medições e leituras de dados do rio. Segundo o Superintendente da ETA do Guandu, as análises físico-químicas estão sendo feitas de hora em hora. "Por sua vez, as análises microbiológicas, que segundo a Lei 1469 devem ser feitas uma vez por mês, estão sendo feitas diariamente", adiantou.

Até o dia 08/08, data de fechamento desta edição, todas as amostras de análises feitas nos primeiros dias de agosto estavam rigorosamente dentro do padrão.

Rios poluidores serão desviados

A Tecnosolo, empresa contratada pela CEDAE para realizar o estudo da transposição dos rios Poços, Queimados e Ipiranga, já iniciou os trabalhos destinados a elaborar o projeto executivo da obra de desvio dos rios, retirando das proximidades da captação da ETA do Guandu toda a carga poluente trazida por eles.

Segundo o Superintendente da ETA do Guandu, o projeto prevê a construção de uma barragem para separar do rio Guandu a lagoa formada pelos três rios, cujas águas, depois de se juntarem, acabam se misturando ao rio Guandu.

Dessa forma, explica, será possível drenar as águas da lagoa, através de dois dutos que conduzirão até 4 m³/seg das águas desses rios, para jusante da barragem principal do Sistema Guandu.

Edes Fernandes acrescentou que a obra está estimada em R\$ 12,5 milhões, devendo ser iniciada assim que o projeto executivo estiver concluído. Todo o projeto estava previsto para ser executado em dois anos, mas só será possível estimar um prazo exato depois que a Tecnosolo tiver em mãos os exames do solo que compõe o fundo do rio Guandu, que é de qualidade ruim.

"Quando o nível do rio baixa, o risco de poluição cresce"

**EDES FERNANDES, SUP. DA
ETA DO GUANDU**



Um histórico de degradação

Natureza não consegue acompanhar a capacidade do homem de destruir

A constante estiagem na região do Médio Paraíba não é um fenômeno novo e vem afetando de forma mais séria toda a Bacia dos rios Paraíba do Sul e do Guandu desde 1996. Segundo o assessor da Diretoria de Tratamento e Produção da CEDAE e diretor técnico da ASEAC, Jorge Luiz Ferreira Briard, a situação vem se agravando, forçando a utilização da vazão de emergência da barragem de Santa Cecília (119 m³/seg. de transposição e 71 m³/seg. de descarga, em direção à foz do rio Paraíba do Sul) ao longo dos últimos anos, com intervalos menores e por períodos maiores (este ano se utilizou a vazão de emergência praticamente durante todo o ano). A vazão normal da barragem seria de 160 m³/seg. de transposição e 90 m³/seg. de descarga.

O técnico explicou que essa situação se deveu não apenas à falta de chuvas, mas também à maior demanda e ao uso indiscriminado da água das bacias, além de sua degradação, atingindo a zona de recarga dos lençóis subterrâneos que deveriam suprir o curso hídrico com a reserva acumulada durante os períodos de cheia. “Na verdade, devido a esse processo de degradação, criou-se um efeito de lixiviação, através do qual a água da chuva atinge o solo, escorre para o leito dos rios e vai desaguar no mar, sem repor os lençóis freáticos, que são fundamentais para o equilíbrio do ciclo da água. E a capacidade do homem de poluir as bacias não diminui, mesmo nos períodos de chuva”, esclareceu Briard.

Trata-se, na verdade, de um conjunto de agressões por produtos químicos das indústrias instaladas às margens dos rios, além do despejo de agrotóxicos, lixo e despejos orgânicos. Na maioria dos municípios ribeirinhos não existem sistemas de tratamento de esgotos ou disposição final adequada dos resíduos sólidos etc. “Esse processo não tem se alterado ao longo dos anos; ao contrário, tem piorado. E o somatório desses fatores se tornou uma mistura perigosa, principalmente para o sistema de tratamento de água das cidades servidas pelas rios Paraíba do Sul e Guandu”, afirma o técnico da CEDAE.

RACIONALIZAÇÃO

Apesar da situação delicada provocada pela estiagem, que já dura sete meses, o assessor da Diretoria de Tratamento e Produção garantiu que a CEDAE não pretende racionar o abastecimento de água à população da Região Metropolitana. “O que estamos fazendo, conforme decisão

de todos os atores envolvidos (ANA, CEIVAP, Comitê Guandu, CEDAE, SERLA, Feema, entre outros) é racionalizar a quantidade de águas da Bacia do Paraíba do Sul”, afirmou Jorge Luiz Ferreira Briard.

No Rio de Janeiro, a decisão foi no sentido de reduzir a descarga do reservatório do Funil e, por consequência, as vazões de transposição e descarga em Santa Cecília. Segundo Briard, a ANA entende que será necessária uma diminuição de 30 m³/seg. na vazão de transposição e descarga da barragem, reduzindo-a de 190 m³/seg. para 160 m³/seg. Essa redução vai provocar um impacto na Bacia do Guandu impossível de se prever, principalmente no sistema de captação da ETA do Guandu, devido à influência dos rios Poços, Queimados e Ipiranga”, afirma o técnico. Segundo ele, a CEDAE já demonstrou de forma clara esse risco à ANA e ao Ceivap e, com isso, conseguiu que a redução, inicialmente, fosse de apenas ape-

nas 5 m³/seg. na transposição, para que tivesse tempo de estudar o comportamento da qualidade da água bruta do Guandu e adotar soluções para minimizar esse impacto. Daí a decisão de monitorar a qualidade da água durante 24 horas do dia e elevar o nível das comportas, impedindo que a poluição descontrolada atinja a captação da ETA do Guandu.

Jorge Luiz Briard acrescentou que, mesmo assim, é impossível saber se as medidas tomadas serão suficientes e satisfatórias. “Vamos monitorar. Pode ser que se conclua que não é possível conviver com essa vazão e, então, vamos estudar novas alternativas”. De qualquer forma, enquanto o comportamento da qualidade da água bruta não registrar uma piora que demonstre a necessidade de redução do consumo, isso não será feito. Tudo vai depender do resultado das análises, cujos resultados têm sido bons, garantiu o engenheiro.

“Por enquanto as análises tem sido boas e não há necessidade de redução do consumo.”

JORGE LUIZ BRIARD



As comportas das barragens do sistema de captação de água bruta receberam pranchões de madeira para elevar o nível do Guandu e reduzir a influência dos rios Poços, Queimados e Ipiranga

Consumo garantido

- A despeito de qualquer portaria ou resolução sobre a gestão das águas das bacias, a Lei Federal 9433 diz em seu artigo 1º, inciso III, que, “em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”. A frase do assessor especial da Diretoria de Tratamento e Produção da CEDAE, Jorge Luiz Briard, deixa clara a disposição política da CEDAE de garantir o abastecimento prioritário da população, na hipótese de ter de adotar um racionamento em função dos problemas provocados pela forte estiagem, que atinge as Bacias do Paraíba do Sul e do Guandu.

Segundo Briard, a preocupação maior da CEDAE não é a transferência da poluição dos rios Poços, Ipiranga e Queimados para a ETA do Guandu, mas sim a possibilidade de um “bloom” algal, que pode contaminar com substâncias tóxicas a água bruta, se forem levadas ao ponto de captação, caso haja um aumento repentino do índice pluviométrico. Explicou que a redução do nível dos reservatórios cria condições favoráveis à proliferação de algas, como já ocorreu no passado, no final de 2001, obrigando a CEDAE a reduzir a vazão da ETA para garantir a qualidade da água fornecida à população.

Além disso, a própria redução da vazão dos rios facilita a formação de lagoas às suas margens, principalmente nas cavas abandonadas, próximas aos pontos de extração indiscriminada de areia. Essas lagoas são, por si só, ambientes adequados à formação de algas. E, em caso de uma chuva mais forte, esse material orgânico pode ser carregado para o rio e acabar representando mais um risco para o sistema de captação e tratamento do Guandu.

Problema semelhante ocorreu no final de 2001. Após um forte temporal, a CEDAE foi obrigada a reduzir a vazão da ETA do Guandu em 40%, depois que uma grande quantidade de lixo foi parar na tomada d’água. O problema se agravou nos dias subsequentes, devido ao surgimento de cor e turbidez. Situações como esta causam, inclusive, desencontro de informações entre os diversos órgãos envolvidos no problema, o que acabou levando a população a suspeitar que a água pudesse estar contaminada por microcistina, uma substância tóxica, altamente prejudicial à saúde, que as algas liberam depois de mortas.

Bacias no limite crítico

Seca também afeta empresas

Técnicos sugerem um PDBG para o Paraíba do Sul

O gerente regional da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) para o médio Paraíba do Sul, André Pinhel, defendeu, durante reunião do Grupo de Trabalho de Operação dos Reservatórios da região, a criação de um amplo programa de recuperação daquela Bacia, nos moldes do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).

“A atual crise, aliada ao decreto do SOS Paraíba do Sul, recentemente assinado pela Governadora do Estado do Rio de Janeiro, pode representar o fato político necessário a criação de um PDBG para o Paraíba do Sul”, disse o técnico, durante o encontro realizado no dia 30 de julho, reunindo vários órgãos públicos e privados. Além de definir medidas de emergência, a reunião serviu também para discutir a necessidade de se reduzir a vazão regularizada do Rio Paraíba do Sul, com a finalidade de se armazenar a maior quantidade de água possível na bacia.

A proposta do técnico da Serla foi imediatamente apoiada por outros técnicos e sanitaristas. O secretário de Meio Ambiente da prefeitura municipal de Paracambi, Hélio Vanderlei, por exemplo, enfatizou a necessidade urgente de se implantar o saneamento ambiental na bacia do Rio Guandu, bem como de se elaborar o respectivo Plano de Bacia, seja com recursos da ANA, do Fundo Nacional de Recursos Hídricos (FUNDRHI) ou do Fundo Estadual de Controle Ambiental (FECAM). Segundo o secretário, “milhões já foram e são gastos com o PDBG, enquanto as bacias do



O processo de estiagem nas Bacias do Paraíba do Sul e do Guandu vem se agravando desde 1996

Guandu e do Paraíba do Sul ficam sem recursos”.

Por sua vez, o assessor técnico do Ceivap e representante do DAEE de São Paulo no comitê do trecho paulista do rio Paraíba do Sul - CPS-SP, Edilson de Paula Andrade, enfatizou a necessidade de se promover uma campanha de esclarecimento em toda bacia, com reuniões periódicas para o acompanhamento da crise. Ele esclareceu que os usos consuntivos no estado de São Paulo estão em torno de 20 m³/s, sendo 6 m³/s para abastecimento (cerca de 2 milhões de habitantes), 4 m³/s para indústrias e 10 m³/s para agricultura, com especial ênfase à rizi-

cultura, atualmente em declínio.

Da reunião do Grupo de Trabalho de Operação dos Reservatórios da Bacia do Paraíba participaram o presidente da Serla, Ícaro Moreno, e seu vice, Altamirando de Moraes, além de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA); a CESP; Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Light; Furnas; Ceivap; Comitê Guandu; Gerdau S/A; Fábrica Carioca de Catalisadores;; COPPE/UFRJ; e Prefeitura de Barra do Piraí. Pela CEDAE, estiveram presentes os técnicos Leila Heizer Santos, Rosana Fânzeres Caminha, Fernando Antonio P. Serrano e Edes Fernandes, superintendente da ETA Guandu.

Pode ser que, finalmente, os empresários que dependem das águas dos rios Paraíba do Sul e do Guandu para “tocar” seus negócios se sensibilizem para a importância da preservação daquelas bacias hidrográficas. É que dessa vez os efeitos da estiagem nas duas bacias está atingindo a parte mais sensível de suas empresas: o faturamento.

Preocupados com os problemas que possam vir a ter em função da redução da vazão do rio Guandu em seus sistemas de captação de água para uso industrial, alguns empresários levaram suas apreensões à reunião do Grupo de Trabalho de Operação dos Reservatórios da Bacia do Paraíba. O representante do Grupo Gerdau, Leonardo Sambaquy, falou sobre os problemas que a empresa vem enfrentado em sua captação, particularmente com a intrusão de água salina, extremamente prejudicial ao funcionamento de sua indústria.

Ele lembrou que o Grupo Gerdau é responsável por cerca de 1.600 empregos diretos e 20.000 indiretos, além de uma receita mensal da ordem de US\$ 100.000.000,00, portanto com notório impacto sócio-econômico, caso seja necessária a paralisação desta empresa.

Por sua vez, o representante da Fábrica Carioca de Catalisadores, Abílio Faia, também lembrou a importância de sua indústria, que produz 100 % dos catalisadores utilizados pela Petrobrás no refino de petróleo, além de responder por cerca de 65% do mercado da América Latina. Segundo explicou, será necessário paralisar a indústria caso a cunha salina atinja sua captação.

Emenda constitucional de Rosinha tira recursos do Meio Ambiente

A esperança dos técnicos de que uma medida como “a criação de um PDBG para o Paraíba do Sul” possa ser tomada agora pelas autoridades estaduais é muito remota, principalmente depois que a governadora do Estado, Rosinha Matheus, vetou a lei de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Guandu, aprovada na Assembléia Legislativa (Alerj) com apoio até do vice-Governador e secretário de Estado de Meio Ambiente, Luiz Paulo Conde.

Como pá de cal, a governadora encaminhou à Alerj, que já aprovou em primeiro turno, projeto de emenda constitucional que reduz em 75% os recursos destinados ao Fecam - Fundo Estadual de Conservação Ambiental. O

objetivo da governadora é reduzir para 5% os atuais 20% dos royalties do petróleo e do gás destinados ao Fecam. Se a emenda constitucional for aprovada em segunda votação, o Fundo perderá R\$ 400 milhões da receita prevista para este ano.

A proposta gerou reações imediatas de técnicos e ambientalistas. Segundo o deputado Carlos Minc (PT-RJ), autor do projeto de Lei que cria a APA Guandu e defensor da aplicação prioritária dos recursos do FECAM na área de Saneamento e Meio Ambiente, a governadora alega que o Estado está sem recursos e que a verba dos royalties para o Fecam subiu muito nos últimos anos. “Ela esquece,

contudo, que na ocasião da aprovação do Fecam, o orçamento estadual era da ordem de R\$ 6 bilhões. Agora, anda na casa dos R\$ 18 bilhões. Ou seja: toda a arrecadação também aumentou, não se justificando cortes numa área tão importante como a ambiental”, argumenta. Para o deputado, o Estado enfrenta problemas com a falta de saneamento em regiões importantes, como a Barra da Tijuca e a Baía de Guanabara. “Já não bastassem os desmatamentos e outros tantos graves problemas

ambientais, o governo ligou o seu rolo compressor para aprovar, na ALERJ, uma alteração constitucional que tira ainda mais recursos do setor”.



Carlos Minc lembra que “esta não é a primeira investida dos Garotinho contra o Fecam. Em 1999 e 2000, o então governador Anthony Garotinho garfou R\$ 170 milhões do Fecam, desviando esse dinheiro para obras eleitoreiras de asfaltamento de estradas no interior do Estado”. A tentativa, segundo ele, foi barrada na Justiça.

Recursos Hídricos

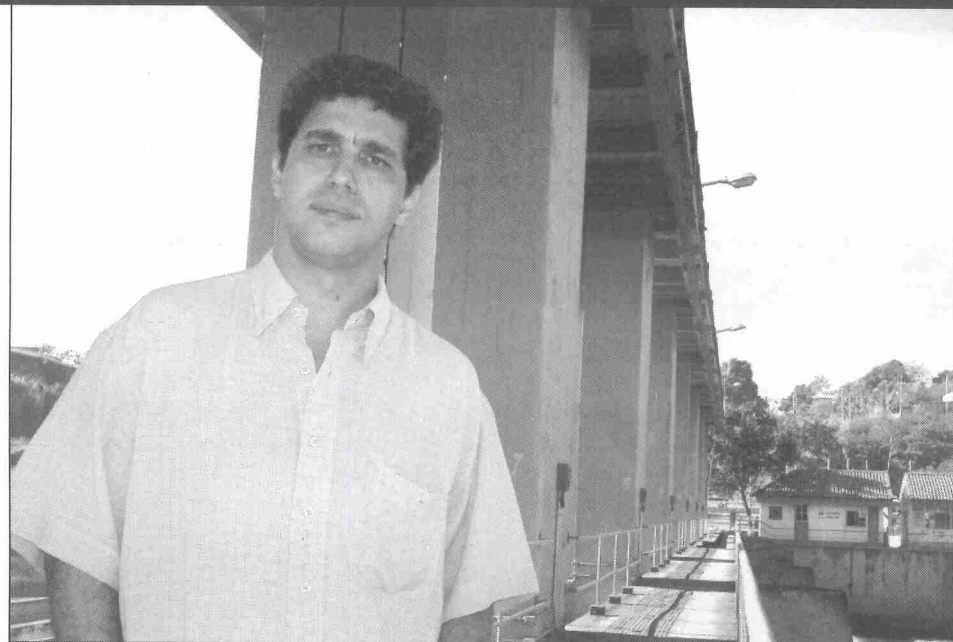
Uma empresa de Saneamento deve se integrar ao esforço de preservação

O Estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios, dos quais a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - está presente em 65, abrangendo quase a totalidade da Região Metropolitana. Ainda com relação aos números da população de Estado, estimada em 14 milhões de habitantes, a CEDAE é responsável pelo abastecimento de cerca de 12 milhões, captando cerca de 58 m³/s de água, sendo, portanto, o segundo usuário dos recursos hídricos no estado, perdendo somente para o setor hidrelétrico. Esta grande presença demonstra peremptoriamente a importância da CEDAE no contexto do Saneamento Básico no Estado.

Quando o assunto é POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS, a compreensão final é garantir a disponibilidade hídrica para todos os usos, em termos de quantidade de água, com a melhor qualidade possível nas Bacias Hidrográficas. Certamente, quando se buscar uma Política de Recursos Hídricos para o Estado do Rio de Janeiro, o binômio qualidade-quantidade será a essência das discussões no âmbito do Conselho Estadual e dos Comitês de Bacia e suas respectivas Câmaras Técnicas.

Para uma Empresa de Saneamento tal qual a CEDAE, o essencial é oferecer à população água em quantidade e qualidade e coleta e tratamento conveniente dos efluentes sanitários, ou seja, uma Empresa de Saneamento está intrinsecamente sustentada pelo binômio qualidade-quantidade dos nossos rios.

No contexto nacional, a Política de Recursos Hídricos está sendo implementada pela Agência Nacional de Águas - ANA. Tal agência está sendo catalisadora para implantação de Comitês de Bacia Hidrográfica e suas respectivas Agências, demonstrando a sua grande importância para o sucesso da Política Nacional de Recursos Hídricos. A ANA, para incentivar a elaboração de Planos de Bacia, de forma a melhorar a qualidade de água e sabendo que as Empre-



sas de Saneamento são as maiores contribuintes para a poluição nos rios, criou um Programa de Despoluição - PRODES - que oferece Recursos Financeiros Federais às Empresas de Saneamento para a compra de esgotos tratados, ou seja, a Empresa necessariamente tem que terminar a obra, seja a construção ou melhoria de uma ETE, comprovando o tratamento de esgoto para que receba o incentivo financeiro. Esta é uma demonstração cabal de que a ANA acredita na importância de uma Empresa de Saneamento para o sucesso de uma Política de Recursos Hídricos.

No âmbito estadual, a CEDAE sempre se preocupou com a questão de Recursos Hídricos no Estado, no contexto de suas responsabilidades. Com o advento das Leis das Águas, no âmbito Federal e a congênere Estadual, a CEDAE iniciou uma participação mais ativa nos fóruns de discussão para implementação da Lei e nos novos organismos criados por esta nova legislação das Águas. Para fortalecer e ampliar tal participação nestes organismos, igualmente às outras grandes Empresas de Saneamento em seus Estados, a CEDAE criou uma Superintendência

de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que contribuirá juntamente com outros Usuários, Sociedade Civil e os Governos Estadual e Federal para estimular a implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Sendo a CEDAE a segunda maior usuária de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro, contribuirá com alguns milhões de reais por ano para a implementação dos Planos de Bacia e intervenções neles previstas, para recuperar e conservar os recursos hídricos do Estado. Atualmente, a CEDAE está cadastrada junto à ANA, como usuária das águas da Bacia Hidrográfica do Rio

“A CEDAE sempre se preocupou com a questão de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro.”

Paraíba do Sul, e já contribui financeiramente com a sua parcela de captação de água dos rios federais desta Bacia. Assim, está fazendo sua parte da RESPONSABILIDADE HÍDRICA Empresarial e se credenciando para ser uma Usuária do PRODES para ampliar e melhorar o tratamento dos efluentes sanitários dos municípios em que é atuante e mostrando a sua importância para a Política de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro.

*Adriano Gama é Engenheiro da CEDAE e representante titular no Comitê Guandu.

Jornal da ASEAC
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível
 Universitário da CEDAE.

Rua Sacadura Cabral nº120, sala 1004 Centro - RJ. Tel: (21) 2263 6240 - Telefax: 2253 7482. Home Page: www.aseac.com.br / E-mail: aseac1@ism.com.br

IMPRESSO

mudou-se
 recusado
 desconhecido
 endereço insuficiente
 não existe nº indicado
 falecido
 ausente
 não procurado
 Reintegrado ao serviço postal
 Em / /
 Em / / Carteiro

